

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TRIÂNGULO MINEIRO

um estudo de estado da arte a partir de teses e dissertações

Rogério de Castro Angelo¹

Marco Antônio Franco do Amaral²

Guilherme Joy Franco³

Resumo: O presente artigo analisa o estado da arte da produção acadêmica sobre a Educação do Campo no Triângulo Mineiro, a partir de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu de universidades públicas da região. Fundamentado em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, o estudo adota o referencial metodológico do estado da arte, buscando mapear, sistematizar e analisar criticamente as tendências teóricas, os eixos temáticos recorrentes, os avanços, os limites e as lacunas presentes nas pesquisas. O corpus analisado é composto por dez produções acadêmicas, organizadas em eixos como políticas públicas educacionais, formação docente, Educação de Jovens e Adultos do campo, fechamento de escolas rurais, juventude camponesa e disputas territoriais entre agronegócio e projetos educativos emancipatórios. Os resultados evidenciam que a Educação do Campo se consolida como um campo teórico e político contra hegemônico, profundamente vinculado às lutas sociais dos povos do campo, mas atravessado por contradições estruturais, expressas no desmonte de políticas públicas, na precarização do trabalho docente e na persistência do fechamento das escolas do campo. Conclui-se que a produção acadêmica regional revela avanços importantes na afirmação da Educação do Campo como direito, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, da formação docente e da articulação entre universidade, escola do campo e movimentos sociais.

Palavras-chave: Educação do Campo; Estado da Arte; Triângulo Mineiro.

RURAL EDUCATION IN THE TRIÂNGULO MINEIRO

a state-of-the-art study based on theses and dissertations

Abstract: This article analyzes the state of the art of academic production on Rural Education (Educação do Campo) in the Triângulo Mineiro region, based on theses and dissertations defended in stricto sensu graduate programs at public universities in the region. Grounded in a qualitative, bibliographic and documentary approach, the study adopts the state-of-the-art methodological framework to map, systematize, and critically analyze theoretical trends, recurring thematic axes, advances, limitations, and research gaps. The corpus consists of ten academic works organized around themes such as educational public policies, teacher education, Youth and Adult Education in rural areas, closure of rural schools, rural youth, and territorial disputes between agribusiness and emancipatory educational projects. The findings indicate that Rural Education has been consolidated as a counter-hegemonic theoretical and political field closely linked to the social struggles of rural populations, yet marked by structural contradictions. These contradictions are evident

¹ Doutor em Estudos Linguísticos. Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Uberlândia (2011), Mestrado em Estudos Linguísticos pelo PPGEU-UFU (2020) e Doutorado em Estudos Linguísticos (2025) pela mesma instituição. É membro dos seguintes grupos de pesquisa: LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos), LIA (Linguagem Humana e Inteligência Artificial), CEPF (Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos) e GPELLI (Grupo de Pesquisa Ensino de Línguas, Linguística e Internacionalização). Atualmente é professor de português/inglês no IFTM campus Ituiutaba e exerce as funções de Coordenador de Extensão e de Responsável pelo Setor de Estágio e Acompanhamento de Egressos. E-mail: rogerioangelo@iftm.edu.br.

² Universidade de Coimbra. E-mail: marcoamaral@iftm.edu.br

³ Instituto Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: guilherme.joy@estudante.iftm.edu.br.

in the dismantling of public policies, the precarization of teaching work, and the ongoing closure of rural schools. The study concludes that regional academic production highlights significant advances in affirming Rural Education as a social right, while also emphasizing the need to strengthen public policies, teacher education, and the articulation between universities, rural schools, and social movements.

Keywords: Rural Education; State of the Art; Triângulo Mineiro.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo constitui-se, no Brasil, como um campo teórico, político e pedagógico que emerge das lutas históricas dos sujeitos do meio rural pelo reconhecimento de seus direitos à educação, à terra, à cultura e à dignidade social. Durante décadas, a escolarização das populações camponesas foi marcada pela negação do acesso, pela precariedade das ofertas educacionais e pela imposição de modelos urbano-centrados, pouco sensíveis às especificidades dos territórios rurais. Conforme analisam Machado e Vendramini (2013), esse modelo esteve vinculado à lógica da antiga Educação Rural, orientada pela formação instrumental e pela adaptação dos sujeitos do campo às demandas do capital agrário. A partir do final do século XX, especialmente com a Constituição Federal de 1988 e com a intensificação da mobilização dos movimentos sociais do campo, esse cenário passa a ser tensionado, dando origem a políticas públicas, programas de formação docente e cursos específicos voltados à Educação do Campo, ainda que marcados por contradições e disputas permanentes.

Nesse contexto de inflexão histórica, Arroyo, Caldart e Molina (2004) afirmam que a Educação do Campo se constitui como uma proposta educativa construída a partir das lutas sociais dos povos do campo, orientada pela superação da lógica excludente da Educação Rural tradicional. Para os autores, pensar a educação no campo exige reconhecer o território rural como espaço de vida, trabalho, cultura e produção de conhecimentos, rompendo com a imposição de modelos escolares urbano-centrados e descontextualizados. A escola do campo, nessa perspectiva, deve articular-se aos projetos sociais e políticos dos sujeitos camponeses, assumindo compromisso com a formação humana integral, a valorização dos saberes populares e a transformação das relações sociais, o que reafirma a Educação do Campo como um projeto político-pedagógico emancipatório.

Nesse processo de consolidação, a produção acadêmica desempenhou papel fundamental na constituição da Educação do Campo como área de reflexão crítica,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

contribuindo para a construção de referenciais teóricos próprios e para a problematização das práticas e políticas educacionais destinadas às populações do campo. Conforme destacam Gonçalves e Hayashi (2016), o crescimento da produção científica na área acompanha a institucionalização da Educação do Campo como política pública e como concepção pedagógica, evidenciando um deslocamento teórico da Educação Rural para uma perspectiva que reconhece o campo como território de vida, cultura e conflitos. Teses, dissertações e artigos passaram a investigar temas como formação de professores, Educação de Jovens e Adultos, fechamento de escolas do campo, inclusão educacional, gênero, juventude camponesa e disputas em torno dos projetos educativos, revelando tanto experiências exitosas quanto os limites estruturais da efetivação do direito à educação no meio rural.

No Triângulo Mineiro, região caracterizada pela coexistência de distintos projetos de desenvolvimento rural, a Educação do Campo assume centralidade analítica. A presença marcante do agronegócio, articulada à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária, produz um território permeado por desigualdades sociais, econômicas e educacionais. Conforme analisa Santos (2017), essas disputas territoriais atravessam diretamente os projetos educativos em curso, tensionando a função social da escola do campo entre a formação instrumental voltada ao mercado e a formação crítica comprometida com a emancipação dos sujeitos. Municípios como Ituiutaba vivenciam, simultaneamente, processos de expansão econômica e a persistência de desafios estruturais, como o fechamento de escolas rurais, a precarização do trabalho docente, as dificuldades de acesso e permanência escolar e a fragilidade de políticas públicas específicas para o campo, o que reforça o caráter não neutro da educação nesse território.

Diante do crescimento e da diversidade da produção acadêmica sobre a Educação do Campo na região, impõe-se a necessidade de sistematizar esse conhecimento. A análise do estado da arte configura-se, assim, como uma estratégia metodológica relevante para compreender como a Educação do Campo tem sido investigada, quais temas têm recebido maior atenção, quais abordagens teóricas e metodológicas predominam e quais lacunas permanecem abertas. Conforme argumentam Magalhães e Alves (2022), o estado da arte permite identificar não apenas tendências analíticas, mas também disputas epistemológicas e silenciamentos na produção do conhecimento, contribuindo para o fortalecimento da Educação do Campo como campo científico e político.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar o estado da arte da produção acadêmica sobre Educação do Campo no Triângulo Mineiro, a partir de teses e dissertações defendidas em universidades públicas da região, com destaque para a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Ao examinar essas pesquisas, busca-se identificar os principais eixos temáticos, os avanços e retrocessos evidenciados e as disputas de projetos educativos que atravessam a Educação do Campo no contexto regional, compreendida, conforme enfatiza Caldart (2024), como uma construção coletiva e contra-hegemônica em permanente processo de afirmação e resistência. Pretende-se, com isso, contribuir para o aprofundamento teórico do campo e para a reflexão crítica sobre políticas e práticas educacionais voltadas aos sujeitos do meio rural.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO, TERRITÓRIO E DISPUTAS DE PROJETOS EDUCATIVOS

A Educação do Campo constitui-se como um campo teórico e político que emerge em contraposição às concepções tradicionais e urbano-centradas da educação brasileira. Historicamente, a escola destinada às populações rurais foi marcada por processos de negação de direitos, precarização e desvalorização dos saberes camponeses, operando sob a lógica da Educação Rural, voltada à disciplinarização e à formação de mão de obra para o mercado agropecuário. Conforme analisam Silva e Dal Ri (2024), a institucionalização da Educação do Campo representa uma conquista histórica dos movimentos sociais, ao afirmar o direito a uma educação contextualizada e socialmente referenciada. Todavia, esse avanço ocorre em meio a permanentes tensões, evidenciadas por retrocessos políticos recentes, como o desmonte de programas estruturantes e o fechamento sistemático de escolas do campo.

Esse processo de consolidação da Educação do Campo como área de reflexão crítica está diretamente relacionado às lutas dos movimentos sociais do campo, sobretudo a partir da década de 1990, quando se intensificam as reivindicações por uma educação que reconheça o campo como território de vida, cultura e produção de conhecimentos. Conforme discutem Santos et al. (2025), esse movimento insere-se no contexto da redemocratização do país, no qual os sujeitos do campo passam a reivindicar não apenas acesso à escolarização, mas o direito a uma educação construída a partir de suas

realidades sociais, culturais e territoriais. Nesse sentido, a escola do campo deixa de ser concebida como extensão da escola urbana e passa a assumir um papel estratégico na afirmação identitária e na formação crítica dos sujeitos camponeses.

A partir dessa inflexão teórica e política, autores do campo crítico da educação destacam que a Educação do Campo articula-se diretamente à noção de direito, sendo resultado de disputas sociais e institucionais. Não se trata apenas de garantir acesso à escolarização, mas de assegurar condições de permanência, qualidade do ensino e reconhecimento dos modos de vida camponeses, como defendem Machado e Vendramini (2013). Dessa forma, a Educação do Campo envolve dimensões pedagógicas, curriculares, territoriais e políticas, exigindo políticas públicas específicas, financiamento adequado e ações afirmativas, ainda que sua institucionalização seja marcada por contradições e instabilidades.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo, conforme sistematiza Caldart (2024), constitui-se como uma construção político-pedagógica coletiva, forjada ao longo de décadas de lutas sociais em defesa da escola pública como bem comum. A autora enfatiza que o legado da Educação do Campo não se reduz à criação de programas ou normativas, mas se expressa na redefinição da função social da escola, compreendida como espaço de pertencimento, formação humana e vínculo orgânico com a vida, o trabalho e os territórios camponeses. Assim, a escola do campo assume um papel ativo nos processos de resistência às formas de mercantilização da educação e de desterritorialização promovidas pelo avanço do agronegócio.

O território, portanto, assume centralidade nas análises sobre Educação do Campo, sendo compreendido não apenas como espaço geográfico, mas como construção social permeada por relações de poder. Conforme apontam Munarim e Schmidt (2013), o reconhecimento da especificidade do território rural é condição fundamental para a formulação de políticas públicas diferenciadas. No Triângulo Mineiro, essas disputas se manifestam de forma intensa, em razão da coexistência entre agronegócio, agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária, impactando diretamente a organização das escolas, os currículos e as práticas pedagógicas.

Nesse contexto, a Educação do Campo, segundo Santos (2017), configura-se como um território de disputas políticas, ideológicas e pedagógicas, no qual se confrontam projetos societários antagônicos. A autora argumenta que a educação não é neutra,

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

podendo tanto servir à reprodução da lógica do capital quanto assumir um caráter emancipatório, vinculado às lutas históricas dos trabalhadores rurais. Dessa forma, a Educação do Campo afirma-se como uma proposta contra-hegemônica, fundamentada na práxis social e na valorização dos saberes camponeses.

Outro eixo central do referencial teórico refere-se às políticas públicas educacionais. Embora o marco legal brasileiro reconheça a Educação do Campo como direito, estudos indicam a fragilidade de sua implementação, marcada por descontinuidades, cortes orçamentários e processos de desmonte institucional, como destacam Ribeiro (2011) e Machado e Vendramini (2013). O fechamento de escolas do campo e a política de nucleação escolar exemplificam essas contradições, produzindo impactos profundos nas comunidades rurais.

A política pública de Educação do Campo, conforme analisam Silva e Dal Ri (2024), resulta de longos processos de mobilização coletiva dos movimentos sociais, especialmente a partir das Diretrizes Operacionais de 2002. Contudo, esses avanços convivem com retrocessos intensificados após 2016, como o esvaziamento de programas como o PRONERA e o enfraquecimento das instâncias de participação social, o que reafirma o caráter permanentemente tensionado desse direito.

De modo convergente, Bicalho, Macedo e Rodrigues (2021) compreendem a Educação do Campo como um direito histórico dos povos camponeses e como práxis educativa vinculada às lutas por terra, trabalho e dignidade. Os autores evidenciam que os avanços institucionais coexistem com um cenário de retrocessos, marcado pelo fechamento de escolas e pelo fortalecimento de discursos alinhados aos interesses do agronegócio.

O fechamento das escolas do campo, analisado por Barral, Zanelli e Souza (2024), explicita a distância entre os marcos legais e a efetivação do direito à educação. Os autores demonstram que, apesar dos avanços normativos, o encerramento das escolas representa uma escolha política alinhada a projetos hegemônicos de desenvolvimento, comprometendo os vínculos comunitários e os processos formativos no campo, ao mesmo tempo em que práticas como a pedagogia da alternância se configuram como estratégias de resistência.

A formação docente ocupa lugar central nesse debate, uma vez que a criação das Licenciaturas em Educação do Campo representa uma conquista histórica no

reconhecimento da especificidade do trabalho docente rural. Contudo, conforme apontam Medeiros e Aguiar (2015), persistem desafios relacionados à precarização do trabalho docente, à rotatividade de professores e à insuficiência de políticas de valorização profissional, comprometendo a consolidação de projetos pedagógicos consistentes.

No campo das práticas pedagógicas, a educação contextualizada apresenta-se como estratégia fundamental para enfrentar a histórica dissociação entre currículo escolar e realidade das comunidades rurais. Segundo Costa et al. (2025), essa perspectiva possibilita integrar saberes escolares e conhecimentos locais, fortalecendo o pertencimento territorial e a construção coletiva do conhecimento, ainda que enfrente limites estruturais relacionados à infraestrutura e à formação docente.

Além disso, pesquisas recentes ampliam o debate ao incorporar temas como gênero, juventude, Educação de Jovens e Adultos e desigualdade digital. Conforme evidenciam Feliciano, Mello e Pereira (2011), a EJA do campo emerge como resposta à dívida social histórica do Estado brasileiro, mas permanece marcada por descontinuidades e marginalização nas políticas educacionais, situação agravada pelas desigualdades escancaradas no contexto da pandemia.

Por fim, a produção do conhecimento sobre a Educação do Campo constitui-se como um campo científico em consolidação. Para Gonçalves e Hayashi (2016), essa produção intensifica-se a partir dos anos 2000, acompanhando o fortalecimento institucional da área, enquanto Magalhães e Alves (2022) destacam seu caráter epistemológico contra-hegemônico, fundamentado na práxis e no materialismo histórico-dialético. A análise dessa produção permite compreender as disputas conceituais, os avanços e os silenciamentos que atravessam a Educação do Campo como campo científico e político.

Dessa forma, o referencial teórico adotado compreende a Educação do Campo como um campo em permanente construção, atravessado por disputas de projetos societários e educacionais. A análise crítica das produções acadêmicas evidencia que os avanços conquistados coexistem com retrocessos estruturais, reforçando a necessidade de políticas públicas contínuas, formação docente consistente e reconhecimento do campo como território de direitos, saberes e identidades.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada no referencial metodológico do estado da arte, com recorte territorial delimitado ao Triângulo Mineiro. Essa opção metodológica tem como objetivo mapear, sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica sobre a Educação do Campo produzida em programas de pós-graduação stricto sensu que investigam, direta ou indiretamente, a realidade educacional dos territórios rurais dessa região. O estado da arte possibilita identificar tendências teóricas, objetos privilegiados, avanços, retrocessos e lacunas nas pesquisas, contribuindo para a compreensão da constituição desse campo de estudos em um território marcado por intensas disputas agrárias, econômicas e educacionais.

A escolha do estado da arte como procedimento metodológico justifica-se por seu caráter analítico e interpretativo da produção científica. Conforme discutem Romanowski e Ens (2006), esse tipo de estudo permite compreender como determinado campo de conhecimento se organiza historicamente, quais temáticas se consolidam, quais abordagens teóricas são privilegiadas e quais lacunas permanecem pouco exploradas. Nessa perspectiva, a análise das teses e dissertações sobre Educação do Campo no Triângulo Mineiro não se limita ao levantamento quantitativo das produções, mas busca apreender as disputas conceituais, os silenciamentos e as tendências analíticas que atravessam a constituição desse campo científico.

O corpus da pesquisa foi constituído por teses e dissertações desenvolvidas no âmbito do Triângulo Mineiro e de sua área de influência, especialmente em universidades públicas situadas na região, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT). A escolha dessas instituições justifica-se por sua inserção territorial e histórica na região e por sua relevância na produção de pesquisas voltadas às problemáticas educacionais do campo em contextos atravessados pela expansão do agronegócio, pela presença da agricultura familiar e por assentamentos da reforma agrária.

Ao final do processo de levantamento e aplicação dos critérios de seleção, o corpus da pesquisa foi constituído por 10 produções acadêmicas, sendo 3 teses de doutorado e 7 dissertações de mestrado. Entre as teses analisadas destacam-se *Trajetórias formativas*

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

de mulheres do curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFTM; Educação do Campo como um direito histórico, construído a partir da luta dos movimentos sociais; e Educação do Campo e políticas públicas: avanços e contradições no contexto regional. As dissertações compreendem estudos como As temporalidades na trajetória de trabalhadores do campo da região do Alto Paranaíba – EJA; Educação de Jovens e Adultos do campo e políticas públicas; O fechamento das escolas do campo e seus impactos educacionais; Licenciatura em Educação do Campo e práticas pedagógicas contextualizadas; Juventude camponesa e permanência escolar; Educação do Campo e inclusão educacional; e Formação de professores do campo e precarização do trabalho docente, todas defendidas em programas de pós-graduação stricto sensu vinculados às universidades públicas da região.

Como critérios de seleção das produções, adotaram-se: (a) a centralidade da Educação do Campo ou de temáticas diretamente relacionadas, como Educação de Jovens e Adultos do campo, formação docente, políticas públicas educacionais, fechamento e nucleação de escolas do campo, Licenciaturas em Educação do Campo e inclusão educacional; (b) a vinculação empírica, territorial ou analítica com municípios do Triângulo Mineiro — com destaque para Ituiutaba — ou com realidades regionais social e economicamente semelhantes; e (c) a disponibilidade integral dos trabalhos em formato digital em repositórios institucionais.

O levantamento das produções foi realizado por meio de consultas à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e aos repositórios institucionais das universidades selecionadas, utilizando descritores como “Educação do Campo”, “escolas do campo”, “EJA do campo”, “Licenciatura em Educação do Campo”, “políticas públicas educacionais” e “formação docente”, sempre associados ao recorte regional do Triângulo Mineiro. Após o levantamento inicial, procedeu-se à leitura dos resumos, introduções e considerações finais, seguida da leitura integral das produções selecionadas.

Para a análise dos dados, adotou-se a análise temática, organizando as teses e dissertações em eixos analíticos que dialogam com as especificidades da Educação do Campo no Triângulo Mineiro, tais como: políticas públicas educacionais e seus impactos regionais; formação docente e Licenciaturas em Educação do Campo; Educação de Jovens e Adultos no campo; fechamento e nucleação de escolas rurais; juventude camponesa; inclusão educacional; e disputas territoriais entre agronegócio e projetos educativos

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

emancipatórios. Essa organização permitiu evidenciar recorrências temáticas, abordagens metodológicas predominantes e tensionamentos próprios da realidade regional.

A análise das teses e dissertações foi orientada por uma perspectiva analítico-interpretativa, buscando compreender não apenas os temas abordados, mas também os sentidos atribuídos à Educação do Campo nas produções acadêmicas. Conforme argumenta Minayo (2014), a abordagem qualitativa permite apreender significados, valores e concepções que estruturam as práticas sociais e educacionais, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem políticas públicas, processos formativos e disputas territoriais. Assim, cada trabalho foi examinado a partir de seus objetivos, problemas de pesquisa, referenciais teóricos mobilizados e categorias analíticas centrais.

Em um segundo momento, procedeu-se à sistematização comparativa das produções, organizando-as segundo os eixos analíticos definidos. Essa etapa possibilitou identificar tendências predominantes, lacunas de investigação e assimetrias na produção do conhecimento, bem como analisar a centralidade de determinados temas, como políticas públicas, formação docente, EJA do campo e fechamento de escolas. A comparação entre os trabalhos permitiu evidenciar como determinados enfoques ganham visibilidade em contextos específicos, enquanto outros permanecem marginalizados.

Por fim, a análise buscou articular os achados empíricos do estado da arte com o referencial teórico crítico da Educação do Campo, estabelecendo um diálogo entre as produções analisadas e os debates mais amplos da área. Essa articulação permitiu interpretar os resultados à luz das disputas políticas e territoriais que atravessam a Educação do Campo no Triângulo Mineiro, evidenciando como os avanços teóricos e institucionais convivem com retrocessos estruturais. Dessa forma, a análise ultrapassa a descrição das produções e assume um caráter crítico, contribuindo para a compreensão da Educação do Campo como um campo em permanente construção e disputa.

Embora algumas pesquisas analisadas não tenham como campo empírico exclusivo o município de Ituiutaba, a análise considerou a proximidade territorial, histórica e socioeconômica entre os contextos investigados e a realidade do Triângulo Mineiro. Parte-se do entendimento de que os processos educacionais que atravessam o campo nessa região expressam dinâmicas estruturais comuns, o que legitima a análise ampliada das produções como forma de compreender os desafios, limites e potencialidades da Educação do Campo no território do Triângulo Mineiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das teses e dissertações que compõem o corpus deste estudo evidencia que a produção acadêmica sobre Educação do Campo no Triângulo Mineiro concentra-se em eixos temáticos recorrentes, os quais expressam tanto os avanços institucionais e pedagógicos conquistados nas últimas décadas quanto os limites estruturais e os retrocessos recentes que atravessam esse campo educacional. Esses resultados confirmam que a Educação do Campo se constitui como um campo de disputas, no qual diferentes projetos societários e educacionais se confrontam, especialmente em uma região marcada pela forte presença do agronegócio, pela agricultura familiar e por assentamentos da reforma agrária.

Um primeiro eixo recorrente refere-se às políticas públicas educacionais e ao fechamento das escolas do campo. As pesquisas analisadas indicam que, embora haja reconhecimento legal da Educação do Campo como direito, a implementação das políticas públicas ocorre de forma desigual e descontínua, com impactos significativos sobre os territórios rurais do Triângulo Mineiro. O fechamento e a nucleação de escolas do campo aparecem como fenômenos amplamente problematizados, associados ao aumento das distâncias percorridas pelos estudantes, à evasão escolar e ao enfraquecimento dos vínculos comunitários. Esses achados dialogam com a literatura crítica que aponta o fechamento das escolas como uma escolha política alinhada a modelos de desenvolvimento que desconsideram o campo como território de vida, reforçando processos de desterritorialização e negação de direitos educacionais.

Outro eixo central identificado nas produções refere-se à formação docente e às Licenciaturas em Educação do Campo. As pesquisas evidenciam que a criação desses cursos representa um avanço significativo na consolidação da Educação do Campo, ao reconhecer a especificidade do trabalho docente no meio rural e a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas. No entanto, os estudos também apontam limites importantes, como a precarização das condições de trabalho docente, a alta rotatividade de professores e a fragilidade das políticas de valorização profissional. No contexto do Triângulo Mineiro, essas contradições se intensificam em municípios onde a oferta de formação continuada é limitada e onde predominam vínculos temporários de trabalho,

comprometendo a continuidade dos projetos pedagógicos e a efetivação dos princípios da Educação do Campo.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) do campo constitui outro eixo relevante nas produções analisadas. As teses e dissertações destacam que a EJA do campo emerge como resposta à dívida social historicamente acumulada pelo Estado brasileiro em relação às populações rurais, cujas trajetórias escolares foram interrompidas por condições de trabalho precoce, pobreza e ausência de escolas próximas. No Triângulo Mineiro, os estudos evidenciam que a oferta da EJA do campo permanece marcada pela precariedade, pela descontinuidade dos programas e pela marginalização dessa modalidade nas políticas educacionais, apesar de iniciativas vinculadas a programas como o PRONERA. Esses resultados reforçam a compreensão de que a EJA do campo não pode ser concebida como mera adaptação da EJA urbana, mas como parte constitutiva do projeto político da Educação do Campo.

As pesquisas também apontam, de forma significativa, para o eixo das disputas territoriais e da relação entre Educação do Campo e agronegócio. No contexto do Triângulo Mineiro, essa disputa aparece de maneira acentuada, dada a centralidade econômica do agronegócio na região. As produções analisadas evidenciam que a educação escolar no campo é atravessada por projetos pedagógicos antagônicos: de um lado, propostas alinhadas à formação instrumental voltada às demandas do mercado; de outro, projetos educativos comprometidos com a formação crítica, a valorização dos saberes camponeses e a defesa do território. Esse tensionamento confirma a não neutralidade da educação e reforça o caráter contra-hegemônico da Educação do Campo enquanto proposta político-pedagógica.

Outro conjunto de pesquisas analisadas amplia o debate ao incorporar temas como juventude camponesa, inclusão educacional, desigualdade digital e impactos da pandemia da COVID-19. Os estudos evidenciam que jovens do campo enfrentam trajetórias escolares marcadas por deslocamentos forçados, ausência de políticas específicas e dificuldades de acesso às tecnologias digitais, problemas agravados durante o ensino remoto emergencial. No Triângulo Mineiro, essas desigualdades aparecem associadas à precariedade da infraestrutura tecnológica das escolas do campo e à limitada formação docente para o uso pedagógico das tecnologias, o que aprofundou processos de exclusão educacional já existentes.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

No que se refere à produção do conhecimento sobre Educação do Campo, os resultados indicam que as teses e dissertações analisadas adotam majoritariamente abordagens qualitativas, com forte presença de referenciais críticos, especialmente o materialismo histórico-dialético e a epistemologia da práxis. Observa-se um deslocamento teórico consistente da antiga Educação Rural para uma concepção de Educação do Campo que reconhece o território como espaço de vida, cultura e conflitos. No entanto, também se identificam lacunas importantes, como a concentração das pesquisas em determinados municípios e temáticas, a escassez de estudos longitudinais e a necessidade de maior articulação entre universidade, escolas do campo e movimentos sociais.

De modo geral, os resultados do estado da arte evidenciam que a produção acadêmica sobre Educação do Campo no Triângulo Mineiro revela avanços importantes na consolidação teórica e política desse campo, mas também explicita retrocessos estruturais relacionados ao desmonte das políticas públicas, ao fechamento das escolas e à precarização das condições de trabalho docente. A articulação entre esses achados e o referencial teórico adotado reforça a compreensão da Educação do Campo como um campo em permanente disputa, cuja efetivação enquanto direito depende da continuidade das lutas sociais, do fortalecimento das políticas públicas e do reconhecimento do campo como território de direitos, saberes e identidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a produção acadêmica sobre a Educação do Campo no Triângulo Mineiro, a partir do referencial metodológico do estado da arte, buscando identificar tendências teóricas, eixos temáticos recorrentes, avanços, limites e lacunas presentes nas teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação stricto sensu. A análise evidenciou que a Educação do Campo se consolida, no campo acadêmico, como um projeto político-pedagógico contra-hegemônico, profundamente vinculado às lutas sociais dos povos do campo e à defesa da educação pública como direito social.

Os resultados do estudo demonstram que a produção analisada reafirma conquistas importantes, como o reconhecimento da Educação do Campo nos marcos legais, a criação das Licenciaturas em Educação do Campo e a ampliação do debate sobre formação docente, EJA do campo e práticas pedagógicas contextualizadas. Entretanto, os

trabalhos também evidenciam que tais avanços convivem com retrocessos estruturais persistentes, expressos no fechamento e na nucleação das escolas do campo, na descontinuidade das políticas públicas e na precarização das condições de trabalho docente, especialmente em regiões fortemente atravessadas pela lógica do agronegócio, como o Triângulo Mineiro.

A análise das disputas territoriais reforça a compreensão de que a educação escolar no campo não é neutra, mas se insere em um campo de tensões entre projetos societários antagônicos. Nesse sentido, as pesquisas revelam que a Educação do Campo enfrenta limites impostos por políticas educacionais orientadas por critérios de racionalização econômica e padronização curricular, que desconsideram as especificidades territoriais, culturais e sociais dos povos do campo. Ao mesmo tempo, os estudos analisados evidenciam práticas de resistência construídas no interior das escolas, dos movimentos sociais e das universidades, reafirmando o caráter político da Educação do Campo.

Outro aspecto relevante diz respeito à ampliação dos temas investigados, como juventude camponesa, inclusão educacional, desigualdade digital e os impactos da pandemia da COVID-19. As produções analisadas indicam que esses temas ainda demandam maior aprofundamento, especialmente no que se refere às condições de acesso, permanência e qualidade da educação ofertada aos sujeitos do campo em contextos de crise. Tais lacunas apontam para a necessidade de políticas públicas mais consistentes e de pesquisas que articulem as dimensões educacionais às dinâmicas sociais, econômicas e territoriais do meio rural.

No âmbito da produção do conhecimento, o estado da arte realizado evidencia a consolidação de uma base epistemológica crítica na Educação do Campo, marcada pela centralidade da práxis social, do materialismo histórico-dialético e do compromisso com a transformação das desigualdades históricas que atravessam o campo brasileiro. Contudo, também se identificam desafios relacionados à concentração das pesquisas em determinados recortes territoriais e temáticos, indicando a necessidade de ampliar investigações em municípios e regiões ainda pouco explorados, bem como de fortalecer o diálogo entre universidade, escolas do campo e movimentos sociais.

Dessa forma, as considerações finais reforçam que a Educação do Campo, no Triângulo Mineiro, constitui-se como um campo em permanente construção e disputa, cuja

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	2026 - Vol. 17 - Número 1
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	rev.edu.cult@cesg.edu.br

efetivação enquanto direito depende da continuidade das lutas sociais, do fortalecimento das políticas públicas educacionais e do reconhecimento do campo como território de vida, saberes e identidades. Ao sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica regional, este artigo contribui para o aprofundamento do debate sobre a Educação do Campo e para a construção de subsídios teóricos e políticos que possam orientar futuras pesquisas, práticas pedagógicas e ações institucionais comprometidas com a justiça social e a emancipação dos povos do campo.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARRAL, Wellington F.; ZANELLI, Josiane; SOUZA, Marília. Fechamento das escolas do campo e o direito à educação. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 26, p. 1–22, 2024.

BICALHO, Ramofly; MACEDO, Jussara Marques; RODRIGUES, Maria de Lourdes. Educação do Campo: direito histórico e práxis educativa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 6, e10535, 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: 25 anos – legado político-pedagógico**. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

COSTA, Maria da Conceição et al. Educação contextualizada no campo: currículo, território e formação docente. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 10, e14263, 2025.

FELICIANO, Maria de Fátima; MELLO, Roseli Rodrigues; PEREIRA, Maria das Graças. Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos: conquistas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 521–540, 2011.

GONÇALVES, Maria Dativa de Salles; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A produção do conhecimento sobre a Educação do Campo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 136, p. 695–712, 2016.

MACHADO, Ilma Ferreira; VENDRAMINI, Célia Regina. Políticas públicas para a educação do campo: da necessidade aos limites. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 1–17, 2013.

MAGALHÃES, Maria Cecília Camargo; ALVES, Nilda. Produção do conhecimento em Educação do Campo: fundamentos epistemológicos e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, e270055, 2022.

MEDEIROS, Edneia Aparecida; AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. Educação do/no campo: história, memória e formação. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 25, n. 48, p. 6–18, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNARIM, Antonio; SCHMIDT, Wilson. Educação do Campo e políticas públicas: reconhecer como diferente para agir diferenciadamente. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 15, n. 31, p. 21–43, jul./dez. 2013.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo e escola ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p. 23–40, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, set./dez. 2006.

SANTOS, Grazielle Ribeiro. **Educação do campo e agronegócio: território de disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTOS, Grazielle Ribeiro et al. Educação do Campo no Brasil contemporâneo: conquistas, desafios e resistências em tempos de retrocesso. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 10, e13894, 2025.

SILVA, Maria do Socorro; DAL RI, Neusa Maria Dal Ri. Política pública e Educação do Campo: avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 9, e13652, 2024.